



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA (30ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima (30ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 19 de setembro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, em atendimento a um requerimento verbal da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, feito em sessão anterior, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, suspendeu a sessão em curso às 18h46, para receber, em Plenário, o senhor *Gabriel Veiga, Coordenador do Programa Cidade Legal*, da Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo, que concedeu explicações técnicas a respeito do processo de regularização do loteamento Parque das Laranjeiras e sobre a desocupação de cento e seis residências naquele bairro, edificadas em Área de Preservação Permanente – APP. Posto isto, a sessão foi reaberta às 20h04 e, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Nona (29ª) Sessão Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 100, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 81/2014, datada de 15/09/2014, objeto do Ofício nº 81/2014, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a alienar, mediante venda, por meio de processo licitatório, na modalidade concorrência pública, bem imóvel constante do patrimônio público municipal, localizado no Jardim Saúde, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 101, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 82/2014, datada de 15/09/2014, objeto do Ofício nº 82/2014, de igual data, “autorizando o Poder Executivo a alienar, por doação, área de terreno, de propriedade do Município de Mogi Mirim, à empresa A. Vieira Elevadores ME e dando outras providências”; (ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

exame das Comissões Permanentes); 3. Balancete da Receita e Despesa do serviço Autônomo de Água e esgotos de Mogi Mirim – SAAE, “referente ao mês de agosto/2014”. Ainda com os Ofícios n.ºs. 81 e 82/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 100 e 101/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 493 e 505, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o solicitado no Requerimento n.º 272/2009, para cobertura da quadra poliesportiva do Parque da Imprensa” e “seja oficiada a Secretaria Municipal de Obras e Planejamento e a direção da Viação Santa Cruz S/A, para que sejam confeccionadas calçadas sob os abrigos dos pontos de ônibus da cidade”; n.ºs 494, 495, 496 e 498, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para a criação da Feira Orgânica”, “seja oficiada a Secretaria da Câmara, para meticulosa pesquisa e, eventualmente, cópia de ata de sessão da Câmara, onde o autor tenha defendido a atual administração do município, em tribuna, e, em caso de pesquisa infrutífera, uma declaração de tal circunstância”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe a tabela de referência de valores dos imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de Mogi Mirim anterior àquela instituída no Decreto n.º 6.683, publicada no Jornal Oficial de Mogi Mirim, Ano I, sábado, n.º 5, 13 de setembro de 2014, página 03”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que responda o porquê de ter sido instituída por decreto (Decreto n.º 6.683) e não por lei complementar, a tabela de referência de valores dos imóveis inscritos no cadastro imobiliário do Município de Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim, conforme publicou o Jornal Oficial de Mogi Mirim, Ano I, sábado, nº 5, 13 de setembro de 2014, na página 03”; nº 497, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o comércio alimentício que vem se instalando nas ruas do município, se está autorizado e como é feita a fiscalização”; nº 500 e 501, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 440/2014, que solicitou cópias dos extratos bancários das contas vinculadas (convênios), referente aos meses de maio, junho e julho de 2014” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia de documentos dos pregões 150/2013, 159/2013, 163/2013 e processo 007/2013 (inexigibilidade)”; nºs 502 e 503, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 391/2014, para reformas na infraestrutura do CEMPI Alfredo Bérغامo – CAIC” e “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que realize estudos de erosão e recapeamento na Avenida Adib Chaib, no trecho que compreende entre a Monroe e a rotatória do Posto de Gasolina”; nº 504, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiada a Mesa Diretiva para transcrição, em ata, do relatório final da Comissão Especial, constituída para acompanhar as suspeitas de denúncias que envolvem vereadores e funcionários na suposta Máfia do ISS, conforme Artigo 157, I, do Regimento Interno”; nº 506, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre qual o destino dos valores arrecadados nas áreas onde está sendo cobrada a contribuição de iluminação, sendo que em muitas dessas áreas não existe sequer postes, ou luminárias, como, por exemplo, nas Chácaras Planalto Bela Vista”; nº 507, de 2014, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que, através da Secretaria de Negócios Jurídicos, informe quanto à viabilidade de se estender atividade delegada aos Guardas Civis Municipais, conforme artigo 24, do Código de Trânsito Brasileiro”; nº 508, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe a Indicação nº 432/2014, referente às melhorias e manutenção na EMEB Francisco Piccolomini”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 583 e 584, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “melhorias no ponto de ônibus, localizado na Rua do Tucura, altura do nº 565” e “remoção do poste, que sustenta o semáforo no cruzamento das Ruas Padre José e Treze de Maio, localizadas no centro da cidade”; nºs 585 e 590, de 2014, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, respectivamente, “retirada de toco de árvore, em frente ao Centro Cultural” e “estudos, no sentido de minimizar os acidentes na rotatória da Praça Marcos Portioli, no Bairro do Tucura”; nºs 586, 587 e 588, de 2014, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “manutenção e implantação de bancos e lixeiras na Praça Tiradentes, no Bairro Santa Cruz”, “operação tapa-buracos na Rua José Romanello, próximo ao Ginásio do Colégio Objetivo” e “operação tapa-buracos na Rua Lázaro de Melo, próxima à Rua do Tucura”; nº 589, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “manutenção e plantio de grama na Praça Aparecido Ribeiro, situada na Rua Dante Alighieri Vita”; nº 591, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sugerindo, “conserto de vários trechos da calçada das Praças Rui Barbosa e São José”; nºs 592, 596, 598, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, “manutenção do campo de futebol, com troca de traves, localizado na Praça Dr. Antônio Rodrigues do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prado, no Parque do Estado II, bem como limpeza e demais reparos na praça”, “providências, para instalação de postes de iluminação na Praça Benedito Pereira da Silva, nas Chácaras São Marcelo, bem como manutenção, limpeza e demais reparos necessários” e “operação tapa-buracos, com urgência, na Rua Zelândia Araújo Ribeiro, no Bairro Santa Helena, bem como manutenção e troca de lâmpadas nos postes de iluminação”; nºs 593, 594, 595, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza de terreno, localizado na Avenida Guarani, no Mogi Mirim II”, “manutenção nas calçadas, localizadas nas proximidades do Túnel Mário Covas” e “manutenção nos bancos localizados na Praça Dr. Francisco Alves, centro da cidade”; nº 597, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “pintura e sinalização de solo, na Rodovia André Franco Montoro”; nº 599, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “implantação de redutor de velocidade, lombada, ou radar, na Avenida da Saúde”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs. 68, 69 e 72, de 2014, do Vereador Cinoê Duzo, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o atleta Conrado Lino, pela conquista do quarto melhor tempo do Brasil, durante a disputa do troféu Jose Finkel de Natação, realizado em Guaratinguetá”, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a estudante Mariana Casarotto, do Colégio COC de Mogi Mirim, pela conquista do primeiro lugar/ensino médio, no Concurso de Redação promovido pela International Paper, bem como para com a estudante Lia Faria Cunha Canto, do quinto ano da Escola Sapequinha, de Mogi Mirim, pelo segundo lugar, no mesmo concurso” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a Misses Simpatia e Amizade, Primeira e Segunda Princesas e Miss Terceira Idade, premiadas no concurso realizado em 18 de setembro”; nº 70, de 2014, do Sr. Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Jorge Setoguchi, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento do casal Armando Rossetto e Luiza Aparecida Boró Rossetto, em 06 de setembro”; nº 71, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Zenaide Vital de Souza, ocorrido em 14 de setembro último”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 677, 678, 679, 680, 681, datados de 17 de setembro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 523/2014; Indicação nº 533/2014; Indicação nº 536/2014; Indicação nº 557/2014; Indicação nº 514/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 256/2014, de 19 de setembro do corrente, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, Márcia R. Masotti, “respondendo ao Ofício nº 269/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofícios nºs. 240408, 240409, 240410, 240411, 240412, 240413, 240414, 240415, de 2014, datados de 09 de setembro do corrente ano, subscritos pela Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Ofício nº 237/2014, datado de 12 de setembro de 2014, subscrito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, “respondendo o Requerimento nº 443/2014”; (arquive-se, após dar ciência ao Sr. Vereador Laércio Rocha Pires). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, enquanto Presidente da Comissão Especial, formada para acompanhar as suspeitas de denúncias envolvendo vereadores e funcionários na suposta Máfia do ISS. A Vereadora solicitou a companhia, em tribuna, dos Vereadores Luzia C. C. Nogueira,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luiz Antonio Guarnieri e Manoel Eduardo P. C. Palomino, membros da mesma comissão, e iniciou a apresentação do relatório final do apurado, explicando que a equipe trabalhara, silenciosamente, por quatro meses, ouvindo os envolvidos, senhores Eduardo Brandão, Moisés Dantas e Oliveira Pereira da Costa, sendo totalmente imparcial. A Vereadora, ao lado dos demais membros da Comissão Especial, entregou ao Presidente da Câmara o relatório final, encaminhadas cópias também aos três envolvidos e ao Ministério Público da Comarca. Em cumprimento ao Requerimento nº 504/2014, segue o relatório final, assim redigido, em sua íntegra: **“RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR AS SUSPEITAS DE DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM VEREADORES E FUNCIONÁRIOS NA SUPOSTA “MÁFIA DO ISS” APROVADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº265/14, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 23/14, PUBLICADA DIA 24/05/2014 DO PROCESSO Nº 100 - VOLUMES.** A Comissão Especial de Vereadores, nomeada pela Portaria nº 23/14, tem como membros: **VEREADORA MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, PRESIDENTE DA COMISSÃO, VEREADOR LUIZ ANTONIO GUARNIERI, VEREADORA LUZIA CRISTINA CORTES NOGUERIA E VEREADOR MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO,** o objetivo da Comissão é acompanhar denúncias feitas através de uma coletiva a imprensa local, onde os Funcionários Comissionados Dr. Paulo Mena Barreto exercendo a época o cargo de Ouvidor do Município, Sr. Jorge Vinícius dos Santos, a época Secretário Extraordinário, Sra. Elisanita Ap. de Moraes – Secretária de Administração e Finanças do Município, denunciaram três funcionários públicos de carreira, Sr. Oliveira Pereira da Costa; Sr. Moisés da Rocha Dantas e Sr. Eduardo Gonçalves Brandão, todos Auditores Fiscais acusados de suposto desvio de R\$30.000.000,00 (trinta milhões) dos cofres públicos, configurando uma Suposta “Máfia do ISS”. Ante a gravidade das denúncias noticiada nos jornais da cidade através de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

coletiva na imprensa, e publicada nos jornais de circulação da cidade no dia 14 de março do corrente ano, após a publicação da portaria que formalizou a instituição da comissão, foi marcado a primeira reunião para o dia 02 de junho, no Plenário da Câmara, para discutir e definir estratégias e planos para o acompanhamento das denúncias, visando contribuir de forma efetiva para o esclarecimento da suposta denúncia de desvio de dinheiro público. Importante esclarecer que, o serviço de arrecadação eletrônica do ISSQN – Imposto sobre serviço de qualquer natureza- era prestado pela empresa denominada SIGCORP Tecnologia da Informação Ltda. que atuava na cidade desde o ano 2011, com a modernização do sistema de arrecadação. A Comissão definiu na primeira reunião que seria encaminhado um ofício ao Executivo Municipal, assim como ao Ministério Público, informando sobre a criação da comissão e após dada a ciência iniciaríamos a oitiva dos envolvidos na denúncia. Ficou estabelecido que primeiramente a Comissão ouviria os funcionários afastados, o que foi feito através de convocações. Aos dez (10) dias do mês de junho às 17h00 no Plenário da Câmara foram ouvidos em conjunto os três funcionários afastados: Sr. Oliveira Pereira da Costa; Sr. Moisés da Rocha Dantas e Sr. Eduardo Gonçalves Brandão. A oitiva dos funcionários foi gravada com a anuência de todos e durou aproximadamente duas horas. Os funcionários relataram a esta comissão como era desenvolvido o trabalho junto à auditoria fiscal, a rotina de trabalho e os procedimentos do departamento junto às empresas cadastradas no município. Ante os depoimentos, constatamos que aparentemente, diante das informações prestadas em relação ao trabalho dos Auditores frente a Auditoria Fiscal do Município, não se poderia afirmar um envolvimento dos funcionários em questão, a um suposto desvio de dinheiro público, como afirmado na denúncia, haja vista que, segundo informações dos servidores, todo o processo de informação no sistema é preenchido e de responsabilidade do próprio contribuinte, não podendo ser adulterado ou fraudado pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

auditores, cabendo aos auditores somente o trabalho de fiscalizar e auditar as informações prestadas pelas empresas contribuintes. Frisaram que a malfadada denúncia era descabida de qualquer prova acerca de suposto desvio de dinheiro, relataram que em suas concepções a denúncia em questão era apenas uma forma para desfocar a denúncia feita pela prestadora dos serviços de arrecadação do ISSQN – SIGCORP ao Ministério Público, envolvendo o ex-Secretário de Governo Gabriel Mazon, e o Ex-Secretário Extraordinário Jorge Vínicius, sobre um pedido de propina por parte dos secretários municipais. Após a oitiva, esta Comissão não identificou em nenhum momento que os funcionários estivessem omitindo, manipulando ou inventando qualquer informação prestada, pelo contrário, percebemos que todos apresentavam uma tranquilidade nas falas, bem como, responderam de forma clara e consistente todos os questionamentos feitos por esta Comissão. Ademais, ficou claro a Comissão que segundo informações prestadas pelos Servidores, não só eles, mas todos os demais auditores tinham o mesmo nível de acesso no sistema, e informaram também que quem homologava os boletos era a Caixa Econômica Federal. Portanto não havia como os acusados desviarem qualquer valor ou fraudar o sistema utilizado. Ao final, os servidores ouvidos, deixaram para a Comissão, um CD que continha a entrevista na íntegra feita pela TV O Impacto, o jornal e a publicação oficial das receitas do município para conferência e análise, todos estes documentos se encontram acostados aos autos do processo. Aos dezoito (18) dias do mês junho às 17h00, no Plenário da Câmara Municipal, foi ouvida a Secretária de Administração e Finanças Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, que entregou alguns documentos para análise desta comissão. De acordo com os procedimentos já estipulado por esta comissão, a conversa foi gravada com a anuência da Secretária e se encontra acostada aos autos deste processo. A Secretária começou a relatar os motivos que ensejaram a desconfiança sobre o suposto desvio de dinheiro público. Apontou que havia problemas técnicos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que o antigo sistema de arrecadação fornecido pela empresa SIGCORP apresentava, e comentou que quando decidiu alterar a empresa, houve muita relutância por parte dos três servidores afastados. Sra. Elisanita relatou que foi procurada por um funcionário da empresa SIGCORP, chamado Douglas, o qual informou que o sistema da SIGCORP teria aumentado em mais de 60% a arrecadação de ISSQN no município e de acordo com sua análise essa informação seria falsa, tendo a arrecadação aumentado de fato, apenas com a troca da empresa prestadora do serviço. Informou também que os três funcionários não tinham o costume de relatar as inconsistências do sistema aos seus superiores. Segundo a Sra. Elisanita, foi assustador o número de inconsistências apresentadas nas notas fiscais, onde citou com mais detalhes, o fato do sistema possuir mais de 60 mil notas canceladas nos três anos de vigência do sistema. Esta Comissão obteve informação de que com a transição do sistema manual utilizado para o sistema eletrônico de notas, muitos talões tiveram que ser cancelados, contribuindo em grande parte para o número apresentado pela Secretária. Sra. Elisanita informou a Comissão que quando decidiu nomear um novo chefe de equipe, após a transferência do Sr. Oliveira para o Poupatempo do Empreendedor, resolveu fazer uma entrevista com todos os auditores, para que os mesmos indicassem três pessoas que tinham as características de um líder nato, para que pudessem ser líderes no setor. Na ocasião foi escolhido o Sr. Plínio Pacola para assumir o cargo. No entanto, chegou ao conhecimento desta Comissão que nem todos os Auditores concordaram com essa escolha, contestando a versão da Sra. Elisanita sobre a escolha do novo Chefe de Setor. Em relação as provas quanto a denúncia feita, Sra. Elisanita disse que para informações mais precisas teria que esperar o banco de dados disponibilizado pela SIGCORP, ressaltando que, a empresa apenas entregou o banco de dados, após liminar expedida obrigando a entrega do banco, entretanto os dados foram entregues de modo criptografado e a nova empresa responsável pelo sistema está realizando a tradução para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uma linguagem usual. Sra. Elisanita entregou a esta Comissão alguns documentos para análise. No entanto, após estudo dos documentos, esta Comissão, não identificou nada que pudesse demonstrar ou comprovar o envolvimento dos funcionários na suposta “Máfia do ISS”, como mencionado. Aos vinte e seis (26) dias do mês de junho às 17h00 no Plenário da Câmara, foi convocado para oitiva o Sr. Paulo Menna Barreto – até então Ouvidor do Município. A oitiva foi gravada com sua anuência. Sr. Paulo iniciou sua fala reforçando a informação que o município só conseguiu o Banco de dados através de medida judicial. Relatou que estranhava muito o fato da empresa SIGCORP receber o valor de R\$ 23.000 mil reais/mês e se prestar a criar esse escândalo do pedido de propina por tão pouco. A Comissão ressaltou ao Sr. Paulo que havíamos nos reunido com o Promotor de Justiça que está cuidando do caso das denúncias e que a Comissão foi informada pelo Promotor que existem duas ações civis distintas em andamento, uma se trata do envolvimento dos três funcionários na suposta “Máfia do ISS” e outra do pedido de propina por parte do ex funcionário Jorge Vinicius a Empresa SIGCORP. Sr. Paulo Menna Barreto informou a Comissão que existiam fortes indícios de que os três funcionários tinham envolvimento na suposta “Máfia do ISS”, tendo em vista que, o sistema não gerava planilhas diretamente de seus dados, as planilhas eram feitas pelo aplicativo Excel. Ademais, relatou que o novo coordenador Senhor Plínio Pacola não conseguia ter contato direto com a empresa e somente o funcionário Eduardo era recebido pela SIGCORP, além de outras inconsistências do sistema que em sua opinião era extremamente frágil. Relatou também, que estranhou a proximidade que os três funcionários possuíam com um dos proprietários da SIGCORP. Citou a ocasião onde todos os envolvidos foram chamados para depor no Ministério Público, e os três funcionários ficaram conversando com o proprietário da SIGCORP, inclusive de assunto de cunho pessoal. No decorrer de seu depoimento, Sr. Paulo, alterou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

imputação do tipo de “crime”, relatou que acreditava que era caso de SONEGAÇÃO DE IMPOSTO, E NÃO DESVIO, informou que os trinta milhões deixaram de entrar nos cofres públicos e que para que esse esquema funcionasse corretamente, muitas pessoas estariam envolvidas, porém, era difícil dizer exatamente qual era o envolvimento dos três funcionários no esquema. Questionado sobre o fato de ter mudado o discurso de desvio para sonegação o mesmo disse que fatos novos levavam a isto e que a comissão iria se surpreender com as descobertas que seriam feitas, pois o município estava investigando todas as empresas de Mogi Mirim. Sr. Paulo foi questionado pela Comissão acerca da forma que a denúncia foi feita, denúncia esta divulgando na imprensa os nomes dos funcionários, os quais inclusive continuavam trabalhando normalmente quando aconteceu a coletiva na imprensa. Sr. Paulo informou que o ex-funcionário Jorge Vinícius apenas rebateu o fato de também ter sido denunciado por pedido de propina a Empresa SIGCORP. Após, seu depoimento, a Comissão verificou que quem divulgou o nome dos funcionários na coletiva a imprensa foi o Sr. Paulo Menna Barreto – Ouvidor do Município, e não, o Ex Secretário Extraordinário Sr. Jorge Vinícius, como afirmado pelo Sr. Paulo, na tentativa de justificar os motivos para citar nomes, ainda que sem provas concretas do suposto desvio de dinheiro público. Neste ponto, colocamos posicionamento da Comissão frente a tudo que até o presente momento foi ouvido por parte dos denunciantes e denunciados e verificamos que ante os documentos trazidos a Comissão, entendemos que a forma denunciada, citando nomes sem provas concretas, trata-se de um procedimento inaceitável e precipitado, tendo em vista que existe uma lei que trata dos processos de sindicância e o mesmo não foi cumprido corretamente. No dia 01 de Julho às 17h00 no Plenário da Câmara a comissão se reuniu para definir novas estratégias de trabalho da comissão e decidimos que iríamos convocar o Senhor Plínio Pacola novo Coordenador da Auditoria que substituiu o Senhor Oliveira, a Senhora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Rosângela Zinette Lopes, chefe de equipe na auditoria e o Ex-Diretor de Finanças da gestão Carlos Nelson Bueno o Senhor Roberto de Oliveira. No dia 24 de julho às 17h00 no plenário da Câmara Municipal esteve presente o Senhor Plínio Pacola que assumiu a Coordenadoria no dia 01 de setembro de 2013. Segundo o Sr. Plínio desde o início do trabalho percebeu que nem todos os auditores possuíam o mesmo nível de acesso ao sistema, que apenas os três servidores (Oliveira, Dantas e Eduardo) tinham acesso diferenciado. A Comissão fez vários questionamentos ao Senhor Plínio sobre o sistema SIGCORP e em todas as respostas ele foi categórico ao dizer que sistema antigo havia muitas inconsistências, não emitia relatórios satisfatórios, e apenas o Senhor Eduardo tinha contato direto com o suporte da empresa. Informou também que apesar da prerrogativa de que o contribuinte que deveria cancelar as notas fiscais dentro do prazo estipulado, os auditores também conseguiam efetuar o cancelamento pelo acesso interno do sistema. No decorrer da oitiva o Sr. Plínio relatou que foi procurado pelos proprietários da SIGCORP, apenas uma vez, para que o sistema fosse mantido, mas que na maioria das vezes que eles vinham até a prefeitura e só se reportavam aos funcionários Eduardo e o Dantas. Quando a comissão o questionou sobre sua opinião pessoal sobre o caso, Sr. Plínio informou que não poderia afirmar o envolvimento dos três servidores, mas que alguma coisa estava errada desde a implantação. Comentou ainda que não ficou sabendo da coletiva e ficou surpreso com o fato. A respeito da nova empresa responsável pelo sistema de arrecadação, o mesmo informou que ainda não estava operando 100% dos contribuintes cadastrados, pois o sistema ainda precisa ser ajustado aos parâmetros do município, assim como, realizar o intercâmbio de informações com o banco de dados da empresa anterior. Afirmou que mesmo o sistema operando parcialmente, a arrecadação de receita cresceu e os relatórios são acompanhados pelas notas emitidas pelos contribuintes. No dia 05 de agosto, às 17h00, no Plenário da Câmara, ouvimos a Sra. Rosângela Zinette



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lopes, como de praxe gravamos a conversa com sua anuência. Sra. Rosângela atualmente é Chefe de Equipe da Auditoria Fiscal e trabalhou diretamente com Sr. Eduardo Brandão, o primeiro questionamento feito a ela por esta Comissão, foi em relação ao acesso dos auditores ao sistema SIGCORP, Sra. Rosângela foi categórica em relatar que todos os auditores possuíam acesso ao sistema, ressaltou que o Sr. Eduardo em reunião interna foi o escolhido por todos os Auditores para fazer contatos diretos com a Empresa semanalmente, pois os mesmos realizavam reuniões semanais para falar sobre os problemas técnicos do sistema e o Sr. Eduardo por ter sido escolhido por todos os demais auditores fazia os contatos para solucionar os apontamentos trazidos pelos outros auditores, na tentativa de uniformizar a informação, o que explicaria sua maior proximidade com os funcionários e proprietários da empresa. A Sra. Rosângela contou a esta comissão, que quando a maioria dos novos auditores começaram a integrar o quadro de funcionários da Prefeitura, já haviam outros auditores oriundos de contratações passadas, e que estes, mais acostumados com os métodos já praticados, foram relutantes em aceitar novos procedimentos e modelos de trabalho, que otimizaram e modernizaram o serviço. Rosângela destacou ainda que na época da implantação do novo sistema, todos os auditores passaram por treinamentos específicos para operar o sistema, entretanto, alguns não quiseram e tiveram que aceitar. Sra. Rosângela foi questionada pela comissão em relação ao grande número de notas canceladas pelo sistema, tendo em vista que este problema foi uma das colocações expostas pela Secretária Elisanita e pelo Sr. Paulo Menna – Ouvidor do Município, Sra. Rosângela foi taxativa ao informar que todos contribuintes do município tiveram que cancelar seus talões quando foi implantado o sistema eletrônico de arrecadação, o que definitivamente explicaria tal número, relatou também que na sua concepção era impossível que os três funcionários desviassem algum valor financeiro, ou fraudasse alguma informação, tendo em vista que aos auditores cabia apenas a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

função de fiscalizar os movimentos das empresas contribuintes. Sra. Rosângela chegou a se emocionar e desabafou o constrangimento que todos os auditores fiscais estavam passando, tanto em suas vidas pessoais quanto profissionais, pois o teor da denúncia acabou colocando em dúvida o trabalho feito por todos os Auditores Fiscais. Relatou, que todos no setor estavam chateados e acreditam que os três funcionários foram envolvidos nesta situação para desviar o foco de outro problema conhecido no município. Finalizando este assunto, ela comentou que diante do recém arquivamento do processo sobre a suposta “máfia” pelo Ministério Público, todos ficaram mais aliviados, pois ficou claro que os três funcionários não tinham culpa de nada e que a verdade iria aparecer. Em relação ao novo sistema implantado, Sra. Rosangela ao ser questionada sobre melhorias, ela informou que o novo sistema foi implantado sem qualquer consulta aos Auditores que são os que efetivamente utilizam o sistema, relatou que o mesmo apresenta diversos problemas, iguais ao sistema anterior, o que dificulta o trabalho. Aos seis (06) dias do mês de Agosto, às 17h00 no Plenário da Câmara Municipal, a comissão ouviu o Senhor Roberto de Oliveira Junior, funcionário de carreira do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que ficou no cargo de Diretor de Finanças de 2009 a 2012, durante a gestão do Ex-Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, e hoje se encontra afastado prestando serviços em outras cidades. Ao ser indagado sobre a implantação do sistema da SIGCORP o Sr. Roberto disse que o mesmo foi implantado devido uma solicitação dos próprios auditores na tentativa de melhorar a gestão do recolhimento do ISSQN, e ressaltou a importância que essa alteração e modernização trouxe para a prefeitura aumentando significativamente a arrecadação do município. O Sr. Roberto comentou também que os empresários no início da implantação do novo sistema de gestão, não gostaram muito porque dificultava qualquer tipo de fraude. O ex diretor comentou que estava indignado com a acusação sobre a suposta “máfia” pois considera



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

impossível tal fraude, tendo em vista que os auditores não possuíam nenhuma ferramenta que pudessem alterar os dados contidos no sistema. Desabafou dizendo que em sua opinião, tais denúncias nem deviam existir, pois são infundadas, uma vez que não existia e ainda não foram encontradas provas contra os três funcionários. Na ocasião, destacou a importância da atitude do Promotor de Justiça em arquivar o processo levando em consideração a resposta da Caixa Econômica Federal que é quem homologa os boletos, eximindo os auditores dessa acusação. O Sr. Roberto finalizou lembrando que o município e a população serão os maiores prejudicados nessa situação, pois caso não sejam comprovadas as acusações e insinuações feitas pela prefeitura, estas atitudes impensadas resultarão em várias ações contra o município e custarão milhões aos cofres públicos. No dia onze (11) de Agosto, às 18h00, compareceu no Plenário da Câmara a Secretaria Elisanita juntamente com o ex Ouvidor Paulo Menna Barreto, para entregar para esta comissão documentos a serem anexados ao processo como provas da suposta “Máfia do ISS”, onde os mesmos somam cerca de 1.500 folhas. Elisanita informou que ainda faltava o principal documento para análise, que poderia responder e esclarecer todas dúvidas, o Banco de Dados da empresa anterior onde constariam todos os dados dos contribuintes, e o mesmo seria entregue no prazo de mais ou menos 15 dias. Salientamos que até a data de fechamento deste relatório, o documento acima descrito não foi entregue a esta comissão. Diante de todos os procedimentos adotados pela Comissão, achamos por bem, realizar uma visita “in loco”, no setor de Auditoria Fiscal. No dia 13 de agosto às 10h00 no fundo do Paço Municipal com a presença dos Edis Maria Helena Scudeler de Barros, e Luzia Cristina Cortes Nogueira, e os Assessores Parlamentares, Gisele Anselmo, Felipe Vedovato de Sousa e Mauro Nunes. Nos dirigimos ao setor para averiguar e coletar depoimentos dos servidores públicos com relação à referida denúncia. Todos os Auditores foram categóricos em relatar os constrangimentos que todos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*estão passando diante da denúncia, relataram de forma unanime que os três servidores afastados não possuem qualquer tipo de envolvimento na denúncia em questão. Disseram ser **“IRRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CULPAR SERVIDORES PÚBLICOS, PELO MAL FUNCIONAMENTO OU PROBLEMAS DO SISTEMA”**. A Comissão questionou os auditores se em suas opiniões técnicas e de conhecedores do antigo sistema SIGCORP se haveria possibilidade de com as ferramentas presentes no sistema, realizar/fraudar de alguma forma o suposto desvio denunciado pela prefeitura, TODOS de forma unânime disseram ser IMPOSSÍVEL tal procedimento. Relataram também que os auditores não possuem acesso direto aos usuários e contribuintes. Segundo informações dos servidores, o atual sistema utilizado é tão ruim quanto o da SIGCORP e apresenta tantas “inconsistências” quanto o anterior. Cita-se como exemplo uma reclamação feita por eles, de que nenhum dos dois sistemas possui segurança ao auditor, qualquer um pode fazer qualquer modificação no sistema, sem que o mesmo fique registrado ou possa ser responsabilizado, só registra quem criou o cadastro, podendo ser alterado por qualquer servidor. Importante frisar que esse novo sistema foi imposto, e em nenhuma ocasião, os servidores que são os principais usuários do sistema, foram questionados, ou conheceram o programa antes de sua implantação, diferente do sistema anterior onde foi feita uma pesquisa de campo para averiguar o sistema que seria implantado. Importante ressaltar que conforme dito pelos auditores, eram realizadas reuniões periódicas entre a equipe, onde eram levantadas questões técnicas sobre o sistema, no qual por **CONVENIÊNCIA DA EQUIPE**, foram designados o servidor Eduardo Brandão e os outros dois auditores como principal interlocutor da prefeitura com o apoio da empresa. Vale lembrar, que o atual sistema possui uma pessoa de apoio da própria empresa, que atende pelo aplicativo SKYPE, entretanto o serviço não é efetuado de forma satisfatória. A Comissão também solicitou informações*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*acerca de outra sindicância envolvendo um dos servidores afastados por ter processos parados no armário, os mesmos informaram que dentro da secção existem outros processos que inclusive já prescreveram (datados de 2002), sendo que os citados processos encontrados ainda estavam dentro do prazo de prescrição (2012), podendo ainda ser cobrados, não trazendo nenhum prejuízo para a Administração Pública. Foram questionados também, sobre a fato de haver empresários que ao serem comunicados sobre erros no recolhimento do imposto devido, imediatamente, se propuseram a pagar a diferença. Foi feito o esclarecimento por parte dos Auditores de que esse procedimento é chamado de Denúncia Espontânea prevista em lei e devidamente possível. Após a manifestação dos auditores, os membros desta comissão decidiram encerrar seus trabalhos. Ressaltamos que por decisão da comissão, não realizamos oitivas com Vereadores desta casa, mesmo tendo sido citado na coletiva de imprensa, pois desconsideramos tal acusação, tendo em vista que segundo declaração dos próprios denunciantes durante as oitivas, os vereadores apenas entraram em contato solicitando informações sobre funcionamento do sistema, a pedido dos munícipes, atuando conforme suas atribuições como Vereador. **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES** Considerando que após análise criteriosa de toda documentação apresentada pelos denunciantes, esta comissão não encontrou nenhuma informação relevante, significativa, ou indícios que estaria instaurado no município algum esquema de fraude, ou de um suposto grupo organizado que estaria lesionando os cofres públicos. Tão pouco, provas do envolvimento dos três servidores públicos afastados indevidamente, entendendo que a tão citada proximidade entres os servidores, e os representantes da empresa, se trata apenas do contato profissional entre a empresa prestadora de serviço e o usuário, não sendo identificado nenhuma irregularidade. Considerando manifestação da Caixa Econômica Federal, de que o contribuinte não tinha como errar ou falsificar a*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*declaração, e que era a instituição que homologava os boletos, não sendo possível aos auditores sua adulteração, conforme já afirmado pelos servidores, cabendo-lhes apenas a função de conferir os valores recebidos. Considerando que NÃO existem provas mínimas, que demonstram o suposto desvio por parte dos auditores, assim como, não acreditamos ser possível que a Prefeitura não fosse capaz de identificar um desfalque dessa proporção. Considerando ainda, o arquivamento do processo pelo Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo, importante órgão fiscalizador dos Atos do Poder Executivo Municipal. Esta comissão finalizou seus trabalhos, reconhecendo que o antigo sistema eletrônico de arrecadação, prestado pela empresa SIGCORP, apresentavam algumas falhas estruturais e de segurança de sistema, que deviam ser sanados o mais breve possível. Entretanto, não cabe aos servidores, como operadores do sistema a responsabilidade por tais problemas. **CONCLUIMOS, PORTANTO, COM BASE NAS OITIVAS, NOS DOCUMENTOS ANALISADOS, E NAS CONSIDERAÇÕES SUPRACITADAS, QUE A DENÚNCIA É IMPROCEDENTE, POR AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE, ASSIM COMO, CONSIDERAMOS QUE OS TRÊS FUNCIONÁRIOS, DE FORMA ALGUMA, FRAUDARAM O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ISSQN, OU DESVIARAM RECURSOS DOS COFRES PÚBLICOS MUNICIPAIS.** Diante do exposto, tendo em vista que desde o dia da coletiva de imprensa os servidores se encontram afastados de suas funções e apreensivos quanto a finalização da polêmica situação, e que estas acusações divulgadas prematuramente prejudicaram de forma irreversível a vida pessoal e profissional dos servidores, **RECOMENDAMOS veementemente a RETRATAÇÃO PÚBLICA** por parte da Prefeitura eximindo os funcionários das acusações, assim como o encerramento dos processos de sindicâncias abertos em nome dos servidores, e o retorno imediato a suas funções. Este relatório final da Comissão Especial, segue assinada por quem é de direito, sendo encaminhado cópia para o Sr.*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Benedito José do Couto, Presidente da Câmara Municipal, Sr. Luis Gustavo Antunes Stupp, Prefeito Municipal, Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária de Administração e Finanças, Sr. Paulo Menna Barretto Ex Ouvidor Municipal, os funcionários Sr. Oliveira Pereira da Costa, Sr. Eduardo Gonçalves Brandão e Sr. Moisés da Rocha Dantas, a Dra. Sandra Maria Palmieri Felizardo Presidente da Comissão de Sindicância, ao Dr. Rogério José Filócomo Júnior, Promotor de Justiça, bem como a imprensa falada, escrita e televisionada. VEREADORA MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS – Presidente da Comissão; VEREADOR LUIZ ANTÔNIO GUARNIERI – Membro da Comissão; VEREADORA LUZIA CRISTINA CÔRTEZ NOGUEIRA – Membro da Comissão; VEREADOR MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO – Membro da Comissão”. Posto isto, o senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, deu ciência à Casa, através de sua leitura, dos **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO n°s 14 (catorze) e 15 (quinze)**, de 2014, de **Sessões Extraordinárias**, para apreciação, em primeiro e segundo turnos, respectivamente, **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno**, do Projeto de Lei Complementar n° 16, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, **“dispondo sobre alteração das Leis Complementares n°s. 267 e 278, de 2013, que versam sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos em comissão e a reorganização da estrutura administrativa, no âmbito da Prefeitura Municipal”**, e com pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento, ficando, pois, todos os Vereadores **convocados**, nos termos regimentais. A seguir, como os próximos inscritos, Vereadores Dayane Amaro Costa e Manoel Eduardo P. C. Palomino, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que se reportou ao convite, enviado pelo Secretário Municipal de Agricultura, Valdir Biazotto, para o Programa Saúde do Agricultor, promovido em parceria com a secretaria Municipal de Saúde e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

UNICAMP, contendo ações de coleta de sangue, para testes de toxicologia de agrotóxicos, diagnóstico e encaminhamento de casos, bem como palestras e campanhas, tudo sob orientação do Dr. Ângelo Zanaga Trapé, pesquisador científico e coordenador do Centro de Toxicologia da UNICAMP, agenda dos dias 26 de setembro, no bairro rural Pederneiras, e 03 de outubro, no bairro rural do Gabrielzinho. O Vereador convidou a todos, principalmente os agricultores, para tão importante evento, de grande serventia aos pequenos agricultores e à agricultura familiar. Como o próximo orador, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Daniel Gasparini dos Santos. Este comentou reunião da qual participara na sede da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim - ACIMM, juntamente com industriais do Distrito Industrial I, para estreitamento das relações com a indústria mogimiriana. Relatou que a ACIMM buscava resgatar a relação com os industriais, praticando esforços para se aproximar, na tentativa de um soerguimento das projeções da indústria, área que enfrentava dificuldades, em vários aspectos, um deles, por exemplo, em relação à mão de obra qualificada. Por fim, anunciou que fora firmada parceria entre a ACIMM e as empresas, com uma programação de cursos voltada aos jovens e à qualificação e capacitação da mão de obra jovem, para composição de novos postos de trabalho. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, que falou sobre a Comissão Especial, por ela proposta, visando analisar, por amostragem, os processos licitatórios, realizados pela Secretaria Municipal de Suprimentos, referentes a bens e serviços adquiridos para a Prefeitura, nos anos de 2013 e 2014. Informou que o processo de escolha dos membros havia se finalizado, na data, sendo ela, proponente, designada presidente da comissão, mais os membros, Vereadores João Antonio Pires Gonçalves, Luzia C. C. Nogueira, Daniel Gasparini dos Santos, Dayane Amaro Costa, Maria Helena S. de Barros, Luiz Guarnieri e Jorge Setoguchi. Falou que sozinha, nada poderia averiguar, mas, em equipe,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conseguiriam fazer um bom trabalho e ver o que estava acontecendo com as licitações no município. Depois falou sobre o trabalho que realizava enquanto fisioterapeuta, colocando que lutava pela prevenção de doenças, que era, em sua opinião, o verdadeiro e melhor remédio e que, a melhor prevenção era a prática esportiva, razão pela qual ela era fã e defendia o esporte, principalmente, prevenção através do esporte para a Terceira Idade. Relatou que o município abrigava o Pró-Idoso, programa voltado para a Terceira Idade, onde a vereadora atuava, enquanto fisioterapeuta, e que ela mesma, algumas vezes, tinha opiniões divergentes com pessoas que preferiam o Pró-Idoso se tornasse um Centro Dia, local para atendimento de idosos acamados. Concordou que o município necessitava também desse tipo de serviço, mas observou que a prevenção era algo muito mais importante, que não mudaria de ideia nesse ponto e que, o foco do Pró-Idoso deveria ser, realmente, a prevenção. Anunciou, via notícia trazida pelo arquiteto Maurício Gebara, a construção de uma quadra poliesportiva e de uma piscina na sede do programa, numa conquista do Instituto Coronel João Leite, em parceria com o Banco Itaú, objetivando o atendimento de idosos não dependentes, com jogos, prática do esporte, ginástica, aulas de dança e zumba. “Ouço por aí, que lá é um oba-oba e é isso mesmo, porque prevenção é curtir e dançar, com muito planejamento”, arrematou. Reportando-se ainda à prática esportiva, parabenizou o Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, que não media esforços para fazer com que o esporte se destacasse na cidade, citando, como exemplo, o evento Um Dia de Beisebol, estrutura voltada para o ensino e experimentação do beisebol, apresentada no Estádio José Geraldo Franco Ortiz, no Lavapés, iniciativa do SESC São Paulo e Governo Federal. A Vereadora comunicou ainda, a realização inédita dos JEMM – Jogos Escolares de Mogi Mirim, com a participação de dez escolas e setecentas crianças, visando o estímulo da prática esportiva, desde a infância, haja vista que era na infância, que começava a prevenção pelo esporte e, para concluir seu discurso, citou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seu projeto de ecoterapia, bandeira que levantara desde a campanha eleitoral, prática que beneficiaria e muito as crianças com deficiência, e que, agora, seria efetivada pela administração. “A ecoterapia foi minha bandeira na campanha, ela beneficia muito as crianças, agora vai se iniciar e eu sei que tem muita gente que quer boicotar a ecoterapia, mas eu não vou desistir nunca e a minha luta continua sempre”, pontuou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, registrando a presença de jovens nas galerias da Câmara, desejando-lhes as boas-vindas. Depois, também parabenizou o Secretário Municipal de Esportes, Dirceu Paulino, a quem classificou de “pessoa de qualidade e competência para tocar o esporte em Mogi Mirim” e convidou todos para a abertura dos JEMM – Jogos Escolares de Mogi Mirim, com a participação de dez escolas e setecentos alunos, agenda da quarta-feira, dia 24 19h30, no ginásio Wilson Fernandes de Barros – Tucurão. “Parabéns pela iniciativa e competência, tudo voltado para os jovens e esperamos que os jogos se repitam a cada ano e, cada vez, com mais escolas e alunos, porque o esporte é bom para a saúde e o secretário está realizando um trabalho maravilhoso, em prol do esporte, na cidade”, finalizou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires que, de início, anunciou a todos os munícipes o programa de pagamento de dívidas, em parcelas, para aqueles que possuísem débitos em atraso no Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, com prazo de 1º de outubro até o final do mês de novembro, lembrado ainda, que esta ação se dera através de iniciativa proposta em requerimento de sua autoria, com assinatura também do Vereador Leonardo David Zaniboni. Depois, o Vereador parabenizou o Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, que se empenhava e muito, para que o esporte evoluísse na cidade, bem como agradeceu a Secretária de Projetos, Beatriz A. C. Gualda, que tinha comparecido na Câmara, sessão passada, para exposição de dados relativos à verba de três milhões de reais, para revitalização e desassoreamento do lago do Complexo Lavapés.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prosseguindo, o Edil do PPS cobrou do Prefeito a efetivação do projeto Restaurante Popular, de sua autoria, lei aprovada pela Câmara Municipal, para refeições ao custo de um real, benefício ainda não colocado em prática pelo gestor municipal. Sobre o Parque das Laranjeiras, o vereador, dirigindo-se aos moradores, lembrou da existência de uma comissão, constituída para acompanhar e investigar os loteamentos irregulares na cidade e questionou, então, por que certo vereador, quando falava do Parque das Laranjeiras, ao invés de dizer ‘a comissão constituída’, pronunciava apenas a palavra ‘eu’. “O vereador fala ‘eu’, mas quando está em maus lençóis, fala ‘comissão’, dando a entender que, quando a coisa está resolvida, vai sozinho falar com o morador, e sabemos que são doze vereadores na comissão, portanto, temos que ser respeitados, estamos sendo atropelados, não é justo todos brigarem para um só levar os louros e é triste fazer parte da comissão e só ser chamado quando a coisa está pegando fogo, logo, peço ao presidente da comissão que atue com transparência, porque o Parque das Laranjeiras é uma luta antiga”, ponderou. Comentou que estava sempre no Parque das Laranjeiras, mas que, justamente, neste último sábado, não havia comparecido naqueles arredores, que, sozinho, ninguém conseguiria resolver nada e que, buscar o auxílio do programa Cidade Legal fora uma iniciativa do antigo prefeito, Carlos Nelson Bueno, e do Governo do Estado, pelo Governador Geraldo Alckmin. “Por isso, nós montamos a comissão, para acompanhar tudo; uma comissão é um grupo e cada membro do grupo deve respeitar o outro”, frisou e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que comentou as proposituras por ele apresentadas, tais como, implantação de redutor de velocidade na Avenida da Saúde e melhorias para a EE Francisco Piccolomini, explicando, em relação a primeira, que era grande o fluxo de veículos na via, que também era uma das saídas da cidade e que, era enorme o número de reclamações sobre o excesso de velocidade, razão pela qual encaminhava, anexo ao requerimento, um abaixo-assinado, subscrito pelos moradores, endossando o pedido. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respeito da escola Francisco Piccolomini, o Vereador clamou por melhorias nas estruturas, aclarando que a estação climática do verão se aproximava e traria as chuvas que, sem as referidas melhorias, resultariam em goteiras nas salas de aulas, portanto, sendo necessário atender o indicado, o mais rápido possível. Prosseguindo, o Vereador falou sobre a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, constituída para acompanhar as suspeitas de denúncias que envolviam vereadores e funcionários da Prefeitura na suposta ‘Máfia do ISS’, comissão da qual o vereador era membro. Ele endossou as palavras mencionadas pela Vereadora Maria Helena S. de Barros, ratificando que nenhuma prova, nem mínima sequer, havia sido encontrada, fosse em levantamentos, ou questionamentos; que era inconcebível, que a administração continuasse com tal comportamento inaceitável, de manter afastados os auditores, injustamente, e sem provas; que no calhamaço de documentação, trazido pela Secretária Elisanita de Moraes e por ela classificado como ‘a ponta do iceberg’, nada havia sido encontrado que condenasse funcionários, ou vereadores, que eram necessárias as reparações, o mais rápido possível, porque, em breve, e com razão, os envolvidos iriam tomar medidas contra a prefeitura, exigindo indenização, e que, era o povo quem iria pagar por mais esta conta, razão pela qual o orador solicitava por uma medida correta, o mais rápido possível, haja vista o comportamento inaceitável da administração. Por fim, parabenizou a Vereadora Daniela Dalben Mota pelo trabalho que desenvolvia no programa Pró-Idoso, digno de elogios. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi que, primeiramente, versou sobre os problemas relativos ao transporte escolar rural, que ainda enfrentava dificuldades, tais como, a falta de monitores e veículos, que rodavam com superlotação de alunos. O Vereador pediu pelo fim do impasse que ingressava em sua quarta semana sem solução. Depois comentou sobre a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, formada para acompanhar as suspeitas de denúncias que envolviam vereadores e funcionários na suposta Máfia do ISS, colocando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que sempre acreditara na idoneidade dos funcionários envolvidos. O Vereador também convidou todos os presentes e munícipes para a próxima reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, agendada para o dia 25 de setembro, às 19h30, no Plenário da Câmara Municipal. Ponderou que os produtores rurais representavam a terceira empresa a restituir impostos para a cidade e, em nome da Secretaria Municipal de Agricultura, convidou todos para a entrega de dois tratores agrícolas e mais equipamentos, maquinário que muito beneficiaria os pequenos produtores do município, às 10 horas, do dia 24 próximo. Por fim, endossou convite para o programa Saúde do Agricultor, já colocado pelo Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, agenda dos dias 26 de setembro e 03 de outubro, respectivamente, nos bairros rurais Pederneiras e Gabrielzinho, com coleta de materiais para exames de resíduos de agrotóxico nos indivíduos e ensinamentos sobre o correto uso dos defensivos agrícolas. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta, de início, mencionou propositura que apresentou, indicando estudos, no sentido de minimizar os acidentes na rotatória da Praça Marcos Portioli, no Bairro do Tucuruá, aclarando que muitos acidentes aconteciam no referido local, no horário de pico, principalmente, envolvendo motos. Prosseguindo, solicitou dos colegas membros da Comissão de Justiça e Redação máxima atenção para o Projeto de Lei nº 100/2014, lido na sessão em curso, principalmente, em relação à legalidade da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/2001, especificamente, em seu Artigo 44. Depois, falou sobre a audiência pública, realizada no dia 18 do corrente, por ela proposta e organizada, para discussão de problemas referentes à pasta da Cultura, registrando a presença, na ocasião, dos Vereadores Luís Roberto Tavares, Waldemar Marcurio Filho e ela, oradora, bem como a presença dos Secretários Municipais Dirceu Paulino e Bárbara Moraes, também o Professor Secolim, pelo Conselho de Cultura, e ainda, os assessores parlamentares Ana Paula Camargo Zeferino, Felipe Vedovato e Pedro filho, este último, a quem agradeceu especialmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Esclareceu que a secretária havia exposto todas as atividades realizadas no Centro Cultural e que, a síntese das discussões efetuadas durante a audiência seria apresentada na próxima sessão, afirmando, igualmente, que o efetivamente registrado de todo o encontro fora a falta de recursos, principalmente, humanos, porque existiam apenas um professor, quatro monitores e uma treinadora comunitária, para atividades em toda a secretaria, além de exposta a péssima situação física do prédio do Centro Cultural. “Esperamos que os recursos venham, seja pela Prefeitura Municipal, seja pelo Governo do Estado, porque é necessário corrigir os problemas existentes na estrutura do Centro Cultural, como, por exemplo, a falta de segurança para acesso à parte onde está instalado o Museu de Mogi Mirim”, explicou e encerrou sua participação. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares que, desde logo, deu as boas-vindas e parabenizou os jovens do Distrito de Martim Francisco, presentes nas galerias da Câmara de Mogi Mirim, os quais prestigiavam a sessão. O Vereador versou sobre a falta de água nas cidades do interior paulista, atentando-se ao município, dizendo que havia visitado a barragem de Mogi Mirim, local onde era feita a captação de água para Mogi Mirim e para a vizinha cidade de Mogi Guaçu, fluxo aquífero que seguia rumo à Estação de Tratamento ETA – 2, no Morro Vermelho. O Vereador relatou ter ficado surpreso com a baixa captação, motivo que o levava a questionar quais ações o SAAE tomaria para conter o problema, explicando que os responsáveis pensavam em um projeto de economia de água para o município, com multa aos infratores. O vereador alertou para que não se esperasse chegar a uma situação emergencial e clamou pela contingência desde logo. Depois, parabenizou o Vereador Cinoê Duzo, que havia feito requerimento sobre iluminação pública, explicando que também ele, orador, estava reunindo documentos e apenas aguardando uma resposta, sobre seus questionamentos a respeito da Contribuição de Iluminação Pública, para agendar uma audiência pública, na tentativa de reunidos, entenderem a absurda cobrança, de mais de dez reais, em cada ligação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

elétrica na cidade. “Se deixarmos como está, ficará para o resto de nossas vidas, e eu votei contra esta lei, aqui, em Plenário, também os Vereadores Cinoê, Maria Helena, Luiz Guarnieri e Luzia, mas, infelizmente, a lei foi aprovada e é para o resto de nossas vidas, então, há uma chance, numa audiência pública, de conversarmos e sabermos os detalhes, porque a transição não está clara, existem normas técnicas de como se fazer, não basta somente cobrar, mas para que o município cobre a taxa, ele tem que estar em dia com a iluminação pública, o que não acontece, porque, como vemos no requerimento do Vereador Cinoê, existem lugares onde a taxa é cobrada e não existem postes, tais como ele citou, e ainda o Parque das Laranjeiras e as Chácaras São Marcelo”, explanou. Por fim, o Vereador colocou que a transição da responsabilidade, que era da Elektro, para o município, só deveria ser efetivada se a cidade estivesse totalmente iluminada, o que não ocorria, razão pela qual o vereador propunha a audiência com especialistas, lembrando ainda, que a lei federal não dizia que a cidade era obrigada a fazer o trabalho de manutenção, mas que poderia. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que iniciou cumprimentando os jovens do Distrito de Martim Francisco, presentes às galerias da Casa. Dando sequência, falou sobre os tratores e implementos adquiridos pelo município, para a Agricultura Familiar, maquinário que ficaria no município, permanentemente, não deixando de mencionar que a verba de quatrocentos e cinquenta mil reais, relativa à conquista, era oriunda de emenda, por ele solicitada, junto aos Deputados do PT. Com relação ao assunto da Taxa de Iluminação Pública, o vereador salientou que preferia não responder tais questões, ou discuti-las, através do Facebook, mas afirmou que era ‘pilantragem e sacanagem’ de certo edil, postagens que fazia, publicando os vereadores que tinham votado favoráveis à taxa. Relativo a isso, lembrou ao tal vereador, que a contribuição de iluminação pública estava inserida nos Artigos 149 A e 150, I e II, da CF/88, inclusa a Emenda Constitucional 39/2002, e questionou o requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apresentado pelo vereador, que desejava saber onde seriam investidos os recursos obtidos com a aplicação da taxa, respondendo ele mesmo, orador, que o recurso era vinculado, destinado à manutenção de postes, fios e lâmpadas, e para novos investimentos também e, em relação às cobranças indevidas, segundo ponto do requerimento do vereador opositor, o edil petista concordou, que de fato elas ocorriam, mas salientou que ele mesmo havia solicitado informações e que, bastava apenas o munícipe apresentar a conta indevida e preencher ofício, na Prefeitura, que lhe seria feita a devolução da cobrança imprópria. “É fácil fazer moções, mas desafio o Vereador Cinoê Duzo que me aponte os requerimentos que apresentou e que foram efetivados pelo Poder Executivo, porque é fácil criticar, falar por trás, fazer e acontecer, mas eu tenho mais de noventa requerimentos apresentados, quarenta deles efetivamente executados pela administração, então, é fácil postar no Facebook, que as estradas do Distrito de Martim Francisco estão ruins, mas eu lhe pergunto onde está o seu ofício, pedindo a manutenção das estradas?”, inquiriu e, igualmente, prosseguiu, afirmando que ele, orador, permanecera um ano e outros tantos meses, rogando pela regularização de um terreno, localizado ao lado escola Braúlio Valentim, para usufruto dos jovens do distrito, e o vereador Cinoê tinha ‘caído de paraquedas’, apresentando um requerimento, para saber o porquê daquilo. “Se quer saber, acompanhe, pois é o que faço – acompanho tudo o que for de interesse do munícipe, porque acho sacanagem usar da Internet para denegrir a imagem da gente, peço que olhe no meu olho e fale, porque, para discutir qualquer assunto, há de se ter embasamento, caso contrário, por que falar?”, questionou. Para concluir, falou sobre o Parque das Laranjeiras, afirmando que, sob sua ótica, a regularização da documentação seria aprovada, através da Cetesb, e o loteamento receberia o asfalto até a Rua 31, mas a discussão sobre as cento e seis residenciais, localizadas em APP, não se daria na atual gestão, mas na seguinte. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que parabenizou os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

professores de Martim Francisco, pela iniciativa e pela presença dos alunos na noite de sessão, dizendo que em Martim Francisco residiam ‘pessoas do bem, jovens capacitados e interessados’. Depois falou sobre a crise no transporte escolar rural, explicando que os alunos da zona rural estavam sofrendo com o descaso do Prefeito e de sua Secretária de Educação; que os alunos do Distrito de Martim Francisco eram testemunhas disso; que os motoristas do transporte escolar tinham sido trocados, sem qualquer aviso prévio; que os que mais perdiam com a crise eram os próprios alunos, que não tinham mais seus horários definidos, chegavam tarde, ou cedo; que os motoristas não tinham culpa, por não terem tido o devido treinamento; que a culpa era do prefeito, um irresponsável, que colocava vidas de alunos em risco; que os pais tinham medo de mandar seus filhos à escola; que, agora, era a vez do Promotor, que segundo manchete de O Popular, desejava saber o que estava acontecendo com o transporte escolar rural; que o Promotor iria às últimas consequências; que os pais dos alunos da zona rural tinham comparecido à reunião, na Prefeitura, e não tinham sido recebidos pelo prefeito, porque ele não se encontrava; que, na mesma reunião, a Secretária de Educação, Márcia Róttoli, havia sido deselegante, destratando vários pais de alunos e, ao invés de apontar soluções, à base de gritos, ela havia vociferado que os alunos não teriam prejuízo, o que levava o orador a perguntar como os pais poderiam ficar tranquilos, diante de um transporte superlotado, sem qualquer exigência, que utilizava até veículos de outros setores, tais como a saúde, por exemplo. “Vou além, porque recebi denúncia, de que tem carro da Prefeitura fazendo transporte particular, buscando alunos na ETEC, filhos de funcionários comissionados”, registrou o Vereador e, concluindo, disse que permanecia a sua indignação. “Podem tentar denegrir a imagem do Professor Cinoê, mas a imagem dele é uma só, na rua, na escola e nesta Casa de Leis”, frisou e encerrou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto. Este parabenizou os alunos, oriundos do Distrito de Martim Francisco, pela presença e desejou-lhes as boas-vindas. A seguir, comentou reivindicação feita pela Vereadora Dayane Amaro Costa, que solicitava um intérprete de Libras, atuando em todas as sessões da Câmara Municipal. Explicou que a vereadora fazia a cobrança, mas se esquecia que, desde o ano passado, a Presidência da Câmara buscava um intérprete, para tradução das sessões aos deficientes auditivos; que o contrato, anteriormente estabelecido, era improrrogável e não havia como contratar a mesma intérprete do ano anterior; que a Câmara tinha feito chamada, todavia não comparecendo pessoal suficiente para seleção; que uma reunião da Mesa Diretiva, para trato da questão da intérprete e também da questão do aluguel de um prédio para sede do Legislativo, havia sido realizada, todavia com a ausência da vereadora; que uma nova reunião estava sendo agendada, para a quarta-feira próxima, quando se esperava a presença da vereadora Dayane Amaro Costa, para compor a totalidade da Mesa, que buscava uma solução, porque já estavam esgotadas todas as possibilidades de solução contratual e que, o Procurador Jurídico da Câmara tinha algumas sugestões, as quais, se do acordo de todos, possibilitariam avanços. “Contamos com a presença da vereadora na próxima reunião”, pontuou. Para finalizar, falou sobre a palestra do Coordenador do Programa Cidade Legal, Gabriel Veiga. Disse que os documentos apresentados pelo coordenador provavam que a administração mantinha contato e tinha a intenção de regularizar o Parque das Laranjeiras, e que, embora difícil, pedia aos moradores tranquilidade, porque as informações dadas eram esperançosas, ou seja, as de que, até final do ano, seria feita a assinatura da Declaração de Conformidade Urbanística Ambiental – DECUA, a qual dependia apenas do termo de compromisso do município, nos moldes de pacto semelhante, feito ano passado. Esclareceu que, depois disso,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os moradores poderiam ir até o Cartório de Registro de Imóveis e, finalmente, concretizar o sonho de proprietário definitivo de seu imóvel. “Enquanto isso, as benfeitorias prosseguem no Parque das Laranjeiras, dando andamento à parte da infraestrutura, redes de esgoto e água, também asfalto e iluminação, e, tudo o que o coordenador Gabriel Veiga disse, endossa aquilo que a administração de Mogi Mirim vem fazendo e nós estamos cobrando e ajudando, dentro do possível”, colocou o Vereador Benedito José do Couto, concluindo seu discurso. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente, novamente na direção dos trabalhos, suspendeu a Sessão às 21h32, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 94, de 2014, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 4.354, de 2007, que dispõe sobre a alienação, por venda, mediante concorrência pública, de lotes de terrenos constantes do Loteamento Popular “Jardim Linda Chaib”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais; (submetido a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 94/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 97, de 2014, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre retificação de área de terreno incluída no perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, mediante a Lei Municipal nº 5.426, de 12 de setembro de 2013”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Turno Único, por unanimidade, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 97/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei nº 98, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando a redação do *caput* do Artigo 5º, da Lei Municipal nº 5.595, de 2014, que instituiu o “IPTU VERDE”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 98/2014, do Vereador Leonardo Zaniboni); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2014, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre a criação do emprego de Motorista, nos termos da Lei Complementar nº 205, de 2006, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 509/2014, de autoria da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por dez (10) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 15/2014, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, unanimemente, o Requerimento de Adiamento nº 509/2014); (aguardem-se dez (10) dias e insira-se o Projeto de Lei Complementar nº 15/2014 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à **"EXPLICAÇÃO PESSOAL"**, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como a primeira inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, rompeu seu mutismo e fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Costa, que estava em greve de silêncio até então, em protesto contra a falta de um intérprete de Libras no curso das sessões da Câmara. A Vereadora afirmou que rompia com o seu silêncio por uma boa causa, esperando a anuência dos deficientes auditivos, explicando que fazia cópia de seu discurso, por escrito, para lhes entregar, sublinhando que era injusta a situação da falta de intérprete, uma vez que esperava os deficientes pudessem entendê-la, ao vivo, como os demais cidadãos, tendo seus direitos plenamente garantidos. Explicou que não tinha participado da reunião da Mesa, mas que comunicara um compromisso anteriormente agendado, para mesma data e horário, e que, embora tivesse solicitado ao seu assessor que a representasse, ele fora impedido de participar. Afirmou que participaria da nova reunião, sem problemas, mas que não observava nada a ser discutido, em relação ao intérprete de Libras, porque a acessibilidade era direito de todos, assegurado na Constituição Federal, lei majoritária, não devendo ser discutida, apenas cumprida. Disse que havia protocolado ofício sobre o assunto, no dia 06 de agosto, recebendo resposta, oriunda do gabinete da Presidência da Câmara, somente no dia 12 de setembro de 2014, quase um mês depois, perguntando ainda, quem fazia o verdadeiro descaso. O Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, interrompeu a oradora, dizendo que toda lei federal deveria ser regularizada por lei municipal e que, a vereadora sempre fora orientada verbalmente, não vendo motivos para ofícios. A vereadora pediu licença ao Presidente da Câmara, para retomar a palavra, e afirmou que, na Câmara de Mogi Mirim, tudo deveria ser feito ‘por escrito’, através de ofício. O Presidente replicou, dizendo que a vereadora Dayane Amaro Costa queria fazer política em cima da situação. Mas uma vez a Vereadora pediu licença à Presidência, para prosseguir no seu discurso, aclarando que fizera o ofício, para mostrar à população que estava empenhada, ratificando que recebera a resposta somente um mês depois. Por fim, sublinhou que a lei federal deveria ser simplesmente cumprida, porque a acessibilidade era direito de todos. O Presidente da Câmara,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Benedito José do Couto, usou da palavra para dizer que não media esforços para fazer cumprir a lei de acessibilidade; que nunca iria se isentar de lutar pela acessibilidade; que ele estava providenciando um novo intérprete de Libras desde antes do pedido, feito por escrito, pela vereadora Dayane, que ele tinha motivos de sobra para desejar a conclusão do processo e que, tudo isso era de conhecimento da vereadora Dayane. Como os próximos inscritos, Vereadores Manoel Eduardo P. C. Palomino, Leonardo David Zaniboni, Daniel Gasparini dos Santos, Osvaldo Aparecido Quaglio, João Antonio Pires Gonçalves, Laércio Rocha Pires, Luiz Antonio Guarnieri e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta solicitou a atenção dos pares para o Projeto de Lei nº 100/2014, lido na presente sessão, rogando a todos que tomassem conhecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, especificamente seu Artigo 44, para uma ampla análise da matéria, antes de sua votação, bem como pediu aos membros da Comissão de Justiça e Redação – CJR, que se preocupassem com esse detalhe, porque se tratava da venda de uma área nobre da cidade, situada no Bairro Saúde, um patrimônio da Prefeitura. “Temos que nos atentar à lei e peço a todos que leiam a LRF 101/2000, Artigo 44”, frisou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que comentou as proposições por ele apresentadas, tais como, indicação para limpeza de terreno, localizado na Avenida Guarani, no bairro Mogi Mirim; para manutenção nas calçadas, localizadas nas proximidades do Túnel Mário Covas, e para manutenção nos bancos, localizados na Praça Dr. Francisco Alves, centro da cidade. Também, solicitação de reforma da escola Alfredo Bérghamo – CAIC, lembrando que há cerca de um mês, havia remetido documentos à Prefeitura, relatando a grave situação da escola Alfredo Bérghamo, bem como tinha se reunido com a direção da escola, porque a situação só piorava e, agora, existiam fios elétricos expostos, no local onde as crianças brincavam, razão pela qual o edil apresentava requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre o assunto, para ‘mostrar aos pais que ele estava fazendo sua parte’. Sublinhou outro pedido, via requerimento, solicitando à Prefeitura que estudasse um recapeamento para a Avenida Adib Chaib, trecho onde a erosão tomara conta da avenida, de fora a fora, formando uma cratera e trazendo grande perigo ao trânsito de veículos, principalmente, para motociclistas. O Vereador também falou sobre o Parque das Laranjeiras e sobre os cento e seis lotes a serem desapropriados, por estarem localizados em APP, cerca de cinquenta residências, que deveriam ser retiradas do local. “Eu creio que o morador deva permanecer no bairro, porque não é justo morar trinta anos no bairro e, quando o bairro vai ser finalmente regularizado, com energia, iluminação e esgoto, ter que sair de sua casa”, ponderou. Salientou que os moradores desejavam permanecer no bairro e lembrou que ele, pessoalmente, às próprias expensas, tinha ido até Brasília, em 2009, para assistir a assinatura do PAC de vinte e oito milhões de reais, e que isso se dera, por causa de sua luta em prol do Parque das Laranjeiras, luta que durava anos e que ele jamais deixaria de travar. “E quando nem se falava de regularização do Parque das Laranjeiras, eu já estava lutando pelo bairro, lembrando que foi em setembro de 2009, que Carlos Nelson Bueno assinou o convênio, para regularização com o Programa Cidade Legal”, concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Disse que, quando se propusera a ser vereador e iniciara a campanha, seu foco era defender a população e, por conseguinte, seus interesses, enquanto cidadão, e os da sua família. Afirmou que gostaria de ver a Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti, exonerada de seu cargo, porque era incompetente e porque era inadmissível que ela tinha feito com os estudantes, e entendeu que o Promotor tinha aderido à causa dos pais, que estavam desesperados. Relatou que estavam presentes à reunião, com a Secretária, mais de trinta pais de alunos da zona rural, que a Secretária havia discutido com os proprietários de peruas e vans e que, quando ele, orador, tinha indagado a ela, qual seria a solução, ela lhe havia respondido,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que não tinha uma solução, o que o levava a questionar o porquê de tantas reuniões, se não eram apresentadas quaisquer soluções. O vereador também criticou certo vereador, que não tinha participado da reunião, mas palpitava, ‘caindo de paraquedas na situação’, perguntando como era possível tal coisa, tal comportamento, quando ele, orador, jamais ocupava a tribuna para ‘jogar conversa fora’, mas somente com embasamento, para ter base numa discussão. Por fim, reclamou da ausência da população, que não participava dos debates na Câmara e deles não se inteirava, também nunca comparecendo às audiências públicas. “A população cobra bastante, mas se esquece das coisas, facilmente, deixa-se induzir, isso me constrange e não sei o que fazer, mas algo eu vou fazer, porque não acho certo, nem justo, ver uns e outros induzir a grande massa da população, fazendo-se passar por bonzinho, justo e curador de tudo, quando sabemos que, nada mais e nada menos, cai de paraquedas em tudo o que vê”, declarou e concluiu sua participação. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que comentou seu requerimento, apresentado na sessão, solicitando do governo municipal, saber para onde seria destinado o dinheiro arrecadado com a cobrança da taxa de iluminação pública, onde seria aplicado. O Vereador explicou que fazia tal pergunta, porque a cidade inteira estava revoltada com a cobrança e desejava saber, uma vez que existiam vários pontos escuros no município, tais como, o Complexo Lavapés – Zerão e, principalmente, as Chácaras Bela Vista, onde a taxa era cobrada dos moradores, mas não existiam postes, ou luminárias. Salientou que as regiões menos iluminadas eram as mais afastadas, contendo pessoas mais simples, que ele tinha sido contrário à cobrança da taxa, bem como tinham sido contrários os Vereadores Luís Roberto Tavares, Luzia C. C. Nogueira, Maria Helena Scudeler de Barros e Luiz Guarnieri, e aclarou que a receita para um voto certo e correto era muito simples, ou seja, a de votar com o coração e com o povo. Esclareceu que, quando abordado na rua sobre a cobrança da taxa, respondia, sugerindo que perguntassem não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a ele, mas ao prefeito e aos vereadores, que tinham votado, favoravelmente, e aprovado a matéria. “Eu fico indignado com a taxa de iluminação e você, morador de Mogi Mirim, procure o seu vereador e pergunte a ele como foi que ele votou”, frisou. Dirigindo-se ao Vereador Luís Roberto Tavares, afirmou que o apoiava na luta em prol dos munícipes do Parque das Laranjeiras, porque mesmo antes de ser vereador, o orador já ouvia dizer das ações que o amigo empenhava no bairro distante. “Fica o meu apoio para essa causa nobre, bem como para a causa do meio ambiente, assim como foi com o Zerão, bandeira que abracei desde meu primeiro mandato e ontem, dia da árvore, eu plantei um exemplar de pitanga no Zerão, porque eu faço minha parte, antes de ser vereador, sou cidadão, não preciso ser vereador para pegar meu balde e regar as plantas, pois todos os cidadãos devem fazer isso, e sei que sou motivo de risadas por muitos, mas estou olhando pelas novas gerações, e deixo até uma dica: plantem mudas de árvores frutíferas, para atrair os pássaros e proliferar a polinização”, ponderou. Quanto à mencionada verba de milhões de reais, para desassoreamento do lago do Lavapés, o vereador disse nada saber, mas que esperava ver ações e realizações, porque desejava ver aquele lugar limpo, propício para o turismo, seguro, com um bom asfalto; um lugar bonito, que, atualmente, estava abandonado. “E tragam mais verbas e que sejam bem-vindas”, exclamou e finalizou sua fala. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *casal Armando Rossetto e Luiza Aparecida Boró Rossetto*, ocorrido em 06 de setembro, e da Senhora *Zenaide Vital de Souza*, ocorrido em 14 de setembro. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h12, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM